Profa. Dra. Márcia Regina da Silva

TEXTO:

- Nestes slides constam uma síntese do texto:
- CAMPOS, F. M. Controle de autoridades: novos contextos e soluções. 2013.
 Disponível em: http://bep-suporte.blogspot.com/2006/12/artigos-teses-e-afins.html. Acesso em: 10 maio 2020.

- Objetivo:
- Criar e manter registros de autoridade que validam o trabalho do catalogador e a qualidade do catálogo;
- Prover um acesso à informação confiável e consistente.

- O registro de autoridade, durante o tempo do catálogo em fichas, continha a **forma autorizada** para um cabeçalho e, outras entradas, registravam-se as formas variantes autorizadas (como entradas remissivas "Veja também") e as formas rejeitadas (como entradas remissivas "Veja").
- O ficheiro de autoridade praticamente só existia em bibliotecas de grande porte, sendo em muitos casos o próprio ficheiro bibliográfico a fonte de informação sobre a(s) forma(s) autorizadas(s) e as formas rejeitadas.

• O uso de formas consistentes nos cabeçalhos, consagrado pelos Princípios de Paris, 1961, proporcionavam às bibliotecas a possibilidade de evitar informação inconsistente para o utilizador e facilitar o trabalho do catalogador.

• Esta tradição encontrou facilidades acrescidas no contexto automatizado e o registro de autoridade, concomitantemente com o ficheiro de autoridade, passou a ser uma peça fundamental na validação dos Pontos de acesso.

O papel do registro de autoridade se reveste de cinco componentes:

- Registra a forma normalizada de cada ponto de acesso.
- Possibilita o agrupamento de todos os registros com o mesmo ponto de acesso.
- Garante a normalização dos registros no catálogo.
- Documenta as decisões tomadas e as fontes utilizadas para estabelecer os pontos de acesso.
- Registra todas as formas do ponto de acesso que não a escolhida como normativa.
- Documenta outras formas usadas para o ponto de acesso (como formas anteriores do nome) de modo a servir de orientação para o catalogador.

- O conteúdo do registro de autoridade pode ser de grande importância para o catalogador e para o utilizador final, na medida em que reflete o trabalho de pesquisa em torno de um autor, título ou assunto.
- Em casos em que se verificam variantes há uma razão para escolher uma forma e não outras, bem como para optar por uma fonte de informação e não por outra. O agente principal que determina a escolha é o código ou as regras de catalogação em vigor na área em que a catalogação é feita.

• Dado que não há um código global de catalogação (apesar das Anglo-American Cataloguing Rules, second edition – AACR2 – serem largamente utilizadas ou inspiradoras de regras nacionais), os catalogadores em diferentes áreas geográficas podem chegar a conclusões completamente diferentes mesmo quando há similaridade na evidência.

- Para evitar a frequência de tais situações convém utilizar na construção dos cabeçalhos:
- os catalogos de autoridade existentes, a nível nacional ou local
- as regras de catalogação em vigor
- o documento que está a ser catalogado

- Quando a pesquisa é mais fina, quando há necessidade de encontrar informação precisa e exaustiva, o utilizador sente, obviamente, que a estrutura habitual de um **catálogo controlado** é a que melhor facilita a procura e o agrupamento de informação.
- O controle de autoridade permite precisão na recuperação dos registros ou obras de interesse e a estrutura de um catálogo de autoridade, com as remissivas, assegura que os materiais relevantes serão encontrados, independentemente da forma usada na pesquisa

- 1984 IFLA <u>Guidelines for Authorithy and Reference Entries</u> (GARE) preconizavam a necessidade de controlar as formas dos nomes e ofereciam algumas medidas metodológicas com vista a produzir registros uniformes que pudessem ser permutados e partilhados.
- as diferentes línguas, os problemas de transliteração e as formas vernaculares consagradas pelo uso demonstraram que o objectivo de estabelecer um cabeçalho único e idêntico para um nome de autor não era sustentável.
- 2001 Revisão do GARE deu lugar ao <u>Guidelines for Authority Records</u> and <u>References</u> (GARR) toda a filosofia que mediava o controle de autoridade e do acesso aos registros bibliográficos se alterou.

- O critério de "uniformidade", consagrado nos Princípios de Paris, 1961, dá lugar à adoção de **um ou mais cabeçalhos "autorizados**", relacionados com a mesma entidade, iguais em estatuto mas diferentes na forma por corresponderem a ambientes culturais diferentes e a regras catalográficas também diferentes.
- O objetivo da uniformidade linguística é ultrapassado a nível internacional. O trabalho de autoridade de uma determinada agência bibliográfica deve passar a ser também uma busca de formas autorizadas em outras línguas (uma espécie de cabeçalhos "paralelos"), compiladas de acordo com outras regras, outras línguas e outras escritas. Os resultados dessa busca devem ser incluídos no registro de autoridade, como entradas remissivas.

• A mudança de atitude faz evoluir um cabeçalho "uniforme" para um cabeçalho "autorizado" - marco histórico na forma como encaramos a Catalogação e o próprio Controle Bibliográfico Universal.

FONTES
RECOMENDA
DAS PARA
DEFINIÇÃO
DE
ENTRADAS/R
EMISSIVAS

AUTORIDADE	FONTE
Estrutura da entrada	AACR2
Formas do nome na literatura especializada	 A própria obra Obras de referência (dicionários, enciclopédias, por ex.) Literatura especializada na área do autor
Nomes brasileiros/ portugueses	Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional do Brasil http://acervo.bn.gov.br/sophia_web



Fonte: http://www.ufrgs.br/documenta/manuais-sabi/politicas-e-procedimentos/politica-para-controle-de-autoridades-no-sabi/nome-pessoal/fontes-recomendadas-para-definicao-de-entradas-remissivas

EXEMPLO



LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES

Library buildings are closed to the public until further notice, but LC Authorities is available. More.









INGS: Library of Congress Online Catalog Name Authority Headings = King, Stephen, 1947- Elevation. Spoken word (King) : Displaying 1 through 100 of 100.



	Bib Records	select icon in first column to View Authority Headings/References
Authorized Heading	0	King, Stephen, 1959-
Authorized Heading 2	2	King, Stephen, 1962-
References 3	0	King, Stephen, 1963-
Authorized Heading 4	0	King, Stephen, 1975-
Authorized Heading 5	2	King, Stephen A., 1964-

REFERÊNCIAS

CAMPOS, F. M. Controle de autoridades: novos contextos e soluções. 2013. Disponível em: http://bep-suporte.blogspot.com/2006/12/artigos-teses-e-afins.html. Acesso em: 10 maio 2020.